

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Escrevivências escolares: desigualdades e trajetórias de pessoas trans no ensino médio paraense

Lauribaldo Calandrini De Azevedo Neto, Vergas Vitória Andrade Da Silva

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17617>

Submetido em: 2026-08-24

Postado em: 2026-08-25 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ESCREVIVÊNCIAS ESCOLARES: DESIGUALDADES E TRAJETÓRIAS DE PESSOAS TRANS NO ENSINO MÉDIO PARAENSE

AUTOR 1: Lauribaldo Calandrini De Azevedo Neto.

<https://orcid.org/0009-0006-9390-3998>.

<netocalandrini.azevedo@gmail.com>

Universidade Federal Do Pará. Belém, Pará (PA), Brasil.

AUTORA 2, Vergas Vitória Andrade Da Silva

<https://orcid.org/0000-0002-3730-5938>.

<vergas@ufpa.br>

Universidade Federal Do Pará. Belém, Pará (PA), Brasil.

RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo central compreender como os mecanismos institucionais, interacionais e simbólicos contribuem para a produção de desigualdades escolares vivenciadas por sujeitos trans, cujas narrativas revelam situações de violência, discriminação e cisnormatividade no espaço escolar. Assim, a pergunta problema indaga: de que maneira as escritas escolares de pessoas trans evidenciam mecanismos de produção das desigualdades no ensino médio e quais impactos essas experiências produzem em suas trajetórias educacionais? Para tanto, a metodologia se trata de um estudo microssociológico de cunho qualitativo com análise de conteúdo de autobiografias produzidas por meio de entrevistas semiestruturadas abertas. Os participantes da pesquisa são pessoas trans paraense cuja amostra se caracteriza como não probabilística por meio da técnica amostral Bola de Neve. Além disso, obedece os parâmetros éticos para pesquisas que envolvem a participação de seres humanos. Conclui-se, a partir dos registros autobiográficos, que os transgêneros convivem com múltiplas desigualdades ao longo da trajetória escolar de nível médio que impactam sua estadia, desempenhos e rendimentos escolares moldando suas expectativas de vida futura.

Palavras-chave: Escritas, Escola, Desigualdades, Transgêneros, Autobiografia.

SCHOOL ESCRITAS: INEQUALITIES AND TRAJECTORIES OF TRANS PEOPLE IN HIGH SCHOOL IN PARÁ

ABSTRACT:

This work aims to understand how institutional, interactional, and symbolic mechanisms contribute to the production of school inequalities experienced by trans individuals, whose narratives reveal situations of violence, discrimination, and cisnormativity in the school environment. Thus, the research question asks: in what ways do the school experiences of trans people highlight mechanisms that produce inequalities in high school, and what impacts do these experiences have on their educational paths? To do this, the methodology is a qualitative micro-sociological study with content analysis of autobiographies produced through open semi-structured interviews. The research participants are transgender people from Pará, and the sample is characterized as non-probabilistic using the Snowball sampling technique. Additionally, it follows the ethical parameters for research involving human participation. From the autobiographical records, it is concluded that transgender

people face multiple inequalities throughout their high school journey, which affect their attendance, performance, and school achievements, shaping their expectations for the future.

Keywords: Escrivências, School, Inequalities, Transgenders, Autobiography.

1 INTRODUÇÃO¹

O processo educacional assim como outros que atravessam a vida social dos é marcado por experiências que incidem nas trajetórias e lembranças dos membros sociais. Nesse princípio, as escritas de si na educação constituem importante recurso analítico para compreender experiências socialmente vivenciadas, na medida em que articulam memória, subjetividade e reflexão sobre trajetórias escolares (Breton, 2021). Dessa maneira, essas escritas são memoriais refletidos permeados por inferências críticas por parte de quem escreve/narra sua vivência. É, portanto, partindo desse princípio que este estudo se debruça sobre escritas de si, no contexto do ensino médio, de pessoas transgêneras que já passaram por essa etapa, concluindo-a ou não. Essas escritas podem revelar diversos aspectos, sejam eles positivos ou negativos. Interessa-nos os aspectos que evidenciam a reprodução das assimetrias de transgeneridade.

Vale destacar que essa pertinência em averiguar a desigualdade surge exatamente baseada na vertente durkheimiana de que a instituição escolar atua na reprodução da estrutura social e, através do processo de socialização, deve primar pela manutenção das regras e normas sociais (Durkheim, 2011). Sob esse ângulo, o cenário social mantém um comportamento desintegrador da existência trans na sociedade, pois “entre 2017 e 2025, período em que a ANTRA passou a sistematizar esses dados de forma contínua, foram mapeados 1.261 assassinatos de travestis, mulheres transexuais, homens trans, pessoas transmasculinas e não binárias no Brasil” (Benevides, 2026, p. 50). Isso nos permite supor com base na reciprocidade entre escola e sociedade que o processo de transgeneridade é tratado com aversão de modo a naturalizar processos de desigualdades sobre as identidades trans.

Nessa conjuntura, as escritas de si sobre disparidades no âmbito escolar constituem um fato social (Durkheim, 1999). Exterior, uma vez que antes da externalização da transidentidade por uma pessoa há milhares de outras que experienciaram a desigualdade com a perda da vida como uma consequência severa, o que significa depreender que a disparidade social precede a própria externalização da identidade de gênero dissidente; coercitiva já que pune e desintegra do meio social

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

a transgeneridade; geral, sendo evidenciada pelo número de mortes não como um caso isolado, ou seja, ela transcende os níveis de regionalidade e se prolifera a nível nacional como indicam os números de mortes apresentados por Benevides (2026). Diante disso, esse é um problema sociológico que articula transgeneridade, desigualdade e educação.

Neste enquadramento, a problemática em questão também se classifica como atemporal porque conforme apontam os dados mencionados anteriormente, os números de mortes persistem com frequência e sem interrupções o que torna a existência trans uma constante e desafiadora ameaça. Nessas considerações, a questão-problema que orienta este estudo é formulada da seguinte forma: de que maneira as escrituras escolares de pessoas trans evidenciam mecanismos de produção das desigualdades no ensino médio e quais impactos essas experiências produzem em suas trajetórias educacionais?

Para oferecer respostas a este questionamento, traçamos como objetivo central deste estudo compreender como os mecanismos institucionais, interacionais e simbólicos contribuem para a produção de desigualdades escolares vivenciadas por sujeitos trans, cujas narrativas revelam situações de violência, discriminação e cisnormatividade no espaço escolar. De maneira integrada os objetivos específicos são: (i) mapear as trajetórias e memórias escolares de pessoas transgêneras no ensino médio, identificando os tipos e as principais desigualdades que assolam a comunidade trans na escola; (ii) investigar os mecanismos pelos quais a escola atua na reprodução das desigualdades de gênero, analisando a partir das narrativas de si a reprodução das desigualdades de transgeneridade; (iii) examinar os impactos subjetivos, acadêmicos e sociais produzidos por essas vivências nas trajetórias dos sujeitos, incluindo dinâmicas de evasão, abandono, retenção, isolamento ou estratégias de resistência e permanência; (iv) compreender as percepções e inferências críticas sobre desigualdades formuladas pelas pessoas trans sobre os efeitos no rendimento escolar.

Nessa logicidade, para vislumbrar esta investigação sociológica partimos da teoria da reprodução social de Pierre Bourdieu e Jean-claude Passeron (2023). Esses autores oferecem lentes analíticas para entender como a escola atua na perpetuação de assimetrias sociais que atravessam as trajetórias de transgeneridade na etapa de nível médio. Assim, ao passo que o ensino se fundamenta sobre uma espécie de *arbitrário cultural* dominante e, para este estudo, podendo ser pensado como valores, saberes e normas de gênero que destoam do arbítrio cultural universal legitimado pela escola. Notoriamente, a escola impõe um modelo de gênero cisnormativo como o único válido; por sua vez, essa arbitrariedade opera por meio de *violência simbólica* fazendo com que a transidentidade seja tratada marginalmente, silenciada ou lida como um desvio. Como resultado, a cultura escolar

não apenas desvaloriza os repertórios e as vivências de corpos dissidentes, mas também transforma a diferença de gênero numa desvantagem institucional, naturalizando os mecanismos de exclusão dentro do ambiente escolar.

Nesse sentido, a instituição escolar atua diretamente na formação e no constrangimento do habitus, entendido como disposições incorporadas que orientam as formas de um indivíduo perceber, sentir e agir dentro de uma estrutura social (Bourdieu; Passeron; 2023). Por sua vez, a educação, ao impor regras, currículos e dinâmicas interacionais cisnormativas, tensiona continuamente o habitus das pessoas trans, produzindo um sentimento de inadaptação e não pertencimento. Quando a identidade de gênero do estudante entra em contradição com as exigências e os julgamentos do campo escolar, as punições simbólicas e físicas recorrentes geram marcas corporais e subjetivas. Essas vivências de hostilidade e inadequação incorporadas ao habitus podem desencadear diversas desigualdades que recaem sobre os transgêneros no interior da vivência escolar.

Por fim, a reprodução das desigualdades escolares se explicita na assimetria de conversão do capital cultural acumulado por estudantes transgêneros. O capital *cultural incorporado* e reconhecido pela escola pressupõe a conformidade com as normas sociais vigentes; assim, os conhecimentos, memórias e estratégias de sobrevivência trazidos por pessoas trans não são validados como capital legítimo pelas instâncias escolares. Esses pressupostos exigidos por essas instituições educacionais, precipuamente, podem persistir em perpetuar o ciclo de vulnerabilidade social que afeta a comunidade trans. Dessa forma, à luz da teoria da reprodução dos autores supracitados utilizamos suas vertentes conceituais para sustentar a investigação das disparidades escolares por meio das escritas de si na educação de nível médio dos transgêneros.

Nesse preâmbulo, essa investigação é socialmente relevante pelo fato de desnaturalizar as desigualdades estruturais refutando a ideia de que os resultados escolares não são frutos de méritos próprios, mas que são resultados de toda uma cultura escolar que dita quem pertence ou não àquele espaço e coaduna com um princípio da Sociologia que é desvelar aquilo que está oculto (Bourdieu, 2018). Nessa perspectiva, é também uma maneira de informar sobre a realidade trans na escola que é historicamente silenciada. Já, no plano político, oferece subsídios para formulação de políticas educacionais transversais que integrem a pessoa trans como parte da escola. Além disso, este é um ato que enaltece a educação emancipatória que na visão de Paulo freire (1996) rompe com preconceitos; e a educação para liberdade que presume que as pessoas historicamente invisibilizadas sejam valorizadas conforme sua essência e sigam transformando a sociedade e ocupando lugares sociais de prestígio (Hooks, 2017).

Em continuidade, em termos acadêmicos o estudo enriquece o campo do conhecimento referente aos estudos em Sociologia da Educação ao analisar trajetórias escolares de pessoas dissidentes de gênero. De modo específico também agrega para os debates dentro do escopo de pesquisa das Desigualdades Educacionais ao tensionar e expandir as interpretações voltadas à compreensão da escola como aparelho de reprodução social. De modo geral, o trabalho enriquece o debate sociológico ao demonstrar que a manutenção das normas escolares não visa apenas à coesão social abstrata, mas à imposição coercitiva de ordens de gênero que são concretizadas pela violência e a interdição de identidades marginalizadas, ressignificando criticamente o papel político e estrutural da instituição educacional.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Em consonância com os objetivos deste estudo e com a questão problema que o orienta esta investigação, ela assume um caráter qualitativo que é a maneira de compreender um determinado fenômeno social em profundidade de modo a inspecionar opiniões, comportamentos, sentimentos, motivações, dentre outros; também esses tipo de pesquisa transcende os dados informados apenas por números e se concentra no aprofundamento minucioso de uma problemática (Abdal *et al.*, 2016; Oliveira, 2026; Gil, 2002). Assim sendo, esse tipo de abordagem é o mais adequado para a compreensão dos processos de desigualdades que acometem as pessoas transgêneras na educação, permitindo, dessa maneira, uma análise minuciosa do objeto de pesquisa. Nesse quadro, este trabalho configura-se como microsociológico que foca em escritas de si revelando eventos que marcaram as trajetórias escolares trans, priorizando narrativas singulares.

Nesse ínterim, a produção dos dados que se concentra nas escritivências, segundo Evaristo (2020) é uma escrita que nasce das experiências do cotidiano, das memórias, do corpo e da vivência de quem informa ao mesclar o escrever, o viver e o ver; materializamos as escritas de si na educação de pessoas trans através da narrativa autobiográfica, uma vez que, em consonância com Evaristo (2020) a escritivência quando realizada através da autobiografia ganha uma dimensão coletiva e transfere quem narra de objeto a sujeito, ou seja, deixa de ser tema e passa a ser produtor da própria narrativa. Nessa dimensão, os/as participantes deste estudo serão chamados pelos termos de coautores e coautoras para se alinhar com a vertente metodológica adotada nesta pesquisa.

Similarmente, Bragança (2023) cunha que a autobiografia enquanto ferramenta de produção de dados no campo científico supera uma narrativa abstrata e supérflua e assume um caráter

epistemológico legítimo e rigoroso. Isto é, longe de constituir um relato individual ou confessional, a autobiografia produz memoriais e escritas de si capazes de operar como um recurso teórico e metodológico que entrelaça tempo, experiência e autoformação. Logo, demonstra-se como uma técnica de pesquisa eficaz para este estudo porque transcende o mero relato descritivo ao converter as autobiografias individuais de pessoas transgêneras na passagem pelo ensino médio em evidências empíricas de processos sociais amplos. Dessa forma, as escritas de si doadas à pesquisa deixam de ser simples lembranças para se afirmarem como narrativas analíticas e políticas, capazes de confrontar o silenciamento histórico da população trans e de subsidiar uma leitura profunda sobre os mecanismos que operam a reprodução das desigualdades no ambiente educacional.

Os coautores e as coautoras deste estudo foram escolhidos por conveniência, caracterizando, conforme destaca Oliveira (2026), uma amostra não probabilística, um tipo de seleção que não é feito por sorteio mas constitui uma escolha direta com base num perfil que se alinha a critérios preestabelecidos como: ser pessoa trans com idade igual ou superior a 18 anos, ter cursado o ensino médio em escolas paraenses públicas ou privadas independente de tê-lo concluído ou não. Realizamos isso, por meio da técnica amostral denominada “bola de neve”, que consiste na indicação de uma coautoria por uma pessoa que tem afinidade com a comunidade investigada chamada de semente. Dessa primeira indicação, surgem as demais pelas (os) próprias (os) coautores que vão sendo apontados, até que não se tenha mais indicações ou que as informações prestadas saturem (Vinuto, 2014).

Nessas considerações, participaram da pesquisa com narrativas autobiográficas 4 coautores, sendo 1 travesti, 1 transmasculinidade e 2 mulheres trans, tal como se autoafirmam quanto a identidade de gênero. São pessoas jovens, 1 concluiu o nível superior, 1 está cursando o nível superior, 1 concluiu o ensino médio e 1 não concluiu a etapa de nível médio. Em termos de cor da pele, 2 se autodeclararam como pessoas negras e 2 como brancas. Todas essas pessoas contribuíram com seus relatos autobiográficos a partir de uma entrevista semiestruturada aberta que permitiu que discorressem sobre a sua trajetória escolar no ensino médio de maneira livre. Segundo Manzini e Lupetina (2024) esse instrumento de coleta dos dados se adequa às escritas de si na educação, pois estabelece um espaço de escuta flexível, horizontal e profundo, capaz de mediar a transição entre a memória individual e o contexto sociopolítico. Posteriormente, submetemos as autobiografias às três etapas da Análise de Conteúdo bardiniana, conforme aponta o quadro 1:

Quadro 1 — Etapas da Análise de Conteúdo

Etapas	Finalidade
I- Pré-análise	Leitura flutuante para imersão e apropriação do material, inspecionando detalhes minuciosos
II- Exploração de material	desmembramento do texto em unidades categóricas e codificação (escolha de excertos-objeto de análise)
III- Inferência	Análise interpretativa articulando teoria e empiria

Fonte: Elaborado pela autoria (2026) com base nos pressupostos bardinianos (2011)

Reiteramos que o desenvolvimento desta investigação está respaldado pelo parecer de numeração 8.085.187 conforme aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Pará. Adotamos essas medidas com base na resolução 466/2012/CNS e 510/2016/CNS que estabelecem diretrizes gerais e específicas para pesquisas que envolvem a participação de seres humanos, como é o caso desta que envolve uso de material biográfico narrativo de sujeitos transgêneros. Além do mais, segundo Minayo, Deslandes e Gomes (2016) a adoção de parâmetros éticos em pesquisa é uma maneira de manter sigilo e responsabilidade com os participantes evitando danos morais, físicos e sociais. Para assegurar que seguimos rigorosamente a padronização ética ao invés de pseudônimos utilizamos no decorrer deste trabalho nomenclaturas de coautor 1 (C1), coautora 2 (C2), coautora 3 (C3) e coautora 4 (C4) para se referir aos excertos autobiográficos dos transgêneros, preservando sua identidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, apresentamos o quadro 2 sintetizando os principais achados, as categorias de análise, possíveis interpretações e conceitos para diálogo teórico-crítico. Ademais, as categorias de análise informadas pelas escritas de si na educação reverberam 4 tipos de desigualdades, a saber, (a) institucionais, expressas em barreiras administrativas e no não reconhecimento identitário; (b) interacionais, marcadas por violências cotidianas e práticas de transfobia recreativa; (c) socioespaciais, manifestadas na vigilância sobre corpos e expressões de gênero; e (d) desigualdades relacionadas ao acesso, pertencimento e permanência escolar, evidenciadas pela imposição de padrões cisnormativos.

Quadro 2 — Síntese dos resultados e principais interpretações

Categoria analítica/Tipo de desigualdade	Conceito analítico	Interpretação teórica	Recorte empírico
Institucional	violência simbólica	Imposição sutil de normas escolares binárias de gênero inquestionáveis.	“eu falei que tinha nome social, mas eles disseram que só podiam mudar na chamada se os meus pais fossem lá” (C4) “a escola aceitou meu nome social, mas na chamada não foi mudado o que fez os professores chamasse meu nome morto” (C3) “o meu pronome era ela, mas para alguns professores homem era homem e mulher era mulher” (C2)
Interacionais	habitus	Disposições que orientam percepções, julgamentos e interações masculinas e femininas.	“os meninos não me respeitavam e uma vez quase partiu para agressão” (C3) “entre os meninos da escola eu era o motivo de piada: ela vai ser a namoradinha de fulano; e entre as meninas eram cochichos olha ela vai roubar teu namorado ou está aqui no banheiro para ficar perto das meninas” (C4)
Socioespaciais	arbitrário cultural	Estrutura que uniformiza a cultura escolar de identidade de gênero e domina pautado na ideia de neutralidade.	“eu era sempre chamada atenção por estar na fila ou no banheiro das meninas” (C4) “tinham alguns professores que reclamam por eu usar o banheiro feminino” (C3) “eu não podia usar calça, ai tinha que usar o short saia” (C1)
Acesso	capital cultural incorporado	Pressupõe que o corpo externalize de terminadas comportamentos com base numa	“essa escola tinha regra quanto ao tipo de vestimenta, cabelo,

		cultura cisgênera.	comportamento, até como abraçamos nossos amigos” (C1) “a escola nunca interviu em nada das brigas; não ajudou em nada na minha transição, foi um zero” (C3)
--	--	--------------------	--

Fonte: Elaborado pela autoria (2026)

Para entender as desigualdades que permeiam os transgêneros nas suas escrituras escolares é preciso partir do pressuposto de que todas elas são um tipo de fenômeno social que é acentuado na escola e, conforme Bodart (2026, p. 40) “os fenômenos sociais que hoje presenciamos têm origem no passado, ou seja, são históricos e se perpetuam ao longo do tempo. No caso do processo de escolarização trans essa desigualdade se inicia nos primórdios da formação do sistema educacional brasileiro que, de acordo com Santos (1968, p. 407) “os padres jesuítas foram os primeiros educadores do Brasil”. Logo, a estruturação do ensino no Brasil se deu sob uma vertente religiosa que, por sua vez, também naturalizou em seu interior uma cultura escolar cis-identitária que se perpetuou ao longo do tempo desencadeando diversos processos de desigualdades e microviolências.

A análise dos relatos empíricos das coautoras 2, 3 e 4 revela a ação da violência simbólica (Bourdieu, 2023) no ensino médio, mostrando como a dominação cisnormativa não necessita de agressão física para produzir efeitos nocivos. Por exemplo, no depoimento da coautora 4, a exigência da presença dos pais para a alteração do nome na lista de chamada revela que a escola recusa a autoidentificação da jovem e impõe à tutela da família sobre a sua subjetividade. Essa barreira administrativa constitui um ato de violência simbólica institucionalizada, pois subordina o direito fundamental ao nome social a uma autorização externa, legitimando as assimetrias. Esse fato concretiza o principal efeito da violência simbólica que segundo Bourdieu e Passeron (2023, p. 11) é “legitimar e promover a reprodução da ordem social”.

Semelhantemente, um outro efeito dessa violência invisível que não deixa marcas físicas é evidenciado na contradição de aceitação da escola do uso de nome social mas que ele não fora modificado na lista de frequência, o que fez com que o nome morto da coautora 3 fosse chamado em voz alta. Esse episódio é relatado da seguinte forma por ela “eu visualizei e vi que o meu nome

morto ainda tava na chamada, eles chamaram eu fiquei bem constrangida” (coautora 3). No constrangimento expresso por ela reside o efeito da violência simbólica, aquela que bate sem deixar indícios de violência física. Nesse raciocínio, ao ser proferido o nome morto da pessoa constatamos a força do arbitrário cultural cisgênero, reiterando à jovem que a sua identidade autêntica é lida pela estrutura escolar como secundária e desprovida de legitimidade institucional.

Somado a isso, o desrespeito de professores ao pronome da coautora 4 pautado na vertente de “pra eles homem era homem e mulher era mulher” escancara a força da autoridade pedagógica atuando para manutenção da idealização do gênero como uma verdade biológica. Assim, os profissionais da educação utilizam seu poder pedagógico para anular as identidades trans na escola, principalmente em sala de aula. Sob essa ótica, constata-se que “toda ação pedagógica é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário, de um arbitrário cultural” (Bourdieu; Passeron, 2023, p. 24). Essa máxima dialoga com a autobiografia da coautora 3, ao relatar que a escola aceitou seu nome social mas que não mudou na lista de frequência.

Os relatos das coautoras desvelam a dimensão das desigualdades interacionais no cotidiano escolar, permitindo compreender como a transfobia atua no alinhamento e no confronto entre diferentes esquemas de habitus. Percebe-se que no caso dos estudantes cisgêneros o habitus incorporado neles treina-os desde a socialização primária para ler expressões de gênero dissidentes através das lentes do binarismo e do desvio. Reflexo disso é o constante desrespeito por parte dos meninos que assinalou a trajetória escolar da coautora 3 e as piadas transfóbicas que a coautora 4 sofreu de meninos e meninas. Nesse sentido, podemos classificar o habitus também como “um dispositivo social de produção de feminilidade e masculinidade que opera por divisão e fragmentação do corpo” (Preciado, 2014, p. 25).

Em continuidade, os trechos autobiográficos das jovens referendam as desigualdades interacionais, interditam o direito à convivência e ao pertencimento, gerando um sentimento profundo de inadaptação e deslocamento corporal. Dessa forma, as disparidades interacionais não apenas violam a integridade física e psíquica dos educandos, mas moldam suas disposições subjetivas, empurrando-os progressivamente para o isolamento e à esquiva como descreveu a coautora 3 “ficar lá naquele meu local mesmo, quieta, acanhada, sabe”. Essas negatividades que perpassam as escrituras trans na educação “subsistem qualquer que seja o tipo de estabelecimento frequentado durante a escolaridade”, uma vez que, o habitus escolar é igual ao habitus social universal quanto ao gênero Cis (Bourdieu; Passeron, 2023, p. 111).

As narrativas autobiográficas das coautoras 3 e 4 e do Coautor 1 ilustram precisamente a materialização das desigualdades socioespaciais no cotidiano do ensino médio, revelando como a espacialidade escolar é desenhada e gerida a partir de um arbitrário cultural profundamente cisnormativo. Em sentido estrito Bourdieu e Passeron (2023, p. 62) afirmam que o “trabalho pedagógico escolar é capaz de produzir cada vez mais completamente as condições objetivas do desconhecimento do arbitrário cultural, isto é, as condições da experiência subjetiva do arbitrário cultural como necessário no sentido natural”. Concomitantemente, a arquitetura da escola, a divisão binária dos sanitários, a organização das filas e a prescrição dos uniformes não constituem elementos funcionais ingênuos, ao contrário, representam a espacialização de uma matriz cisnormativa dominante que elege um padrão válido de existência e circulação no espaço educativo.

Nesse prisma, a manifestação desse arbitrário cultural converte-se em desigualdade socioespacial no momento em que identidades transgêneras disputam o direito de estar na instituição. Em outras palavras, o fato das coautoras 3 e 4 serem chamadas atenção por estarem no banheiro feminino e particularmente a 4 na fila feminina, evidencia como a escola utiliza o espaço físico como um dispositivo de controle e fronteira identitária. Por não atenderem às premissas do arbitrário cisgênero, as jovens trans têm a sua presença deslegitimada nos espaços socioescolares. Assim, os banheiros e as filas transformam-se em territórios de conflito e vigilância, onde a atuação do trabalho pedagógico reside na petulância por fomentar a identidade cis ao chamar atenção das jovens mediante a subvertência, naturalização e da distribuição espacial imposta pelo arbitrário cultural.

Nesse movimento, a alternativa do short-saia e a proibição do uso de calça enfrentadas pelo coautor 1 revelam como o arbitrário cultural estende-se para além do espaço físico, alcançando a dimensão do espaço corpóreo através do vestuário prescrito. Essa determinação de peças de roupa devem cobrir determinados corpos, ao passo que, a escola aplica o seu poder de arbitragem para disciplinar e delimitar o pertencimento socioespacial do aluno. Logo, obrigatoriedade de vestimentas associadas ao padrão feminino cisgênero atua como uma violência que anula a autonomia da subjetividade de gênero, transformando o próprio uniforme numa fronteira socioespacial confinadora do estudante. Dessa forma, as práticas institucionais perpetuam as desigualdades ao demonstrar que, na escola pautada pelo arbitrário cis, o acesso, o conforto e a permanência nos espaços escolares são prerrogativas restritas àqueles que se adequam à norma vigente.

A observação dos relatos do coautor 1 e da coautora 3 permite tensionar a noção de capital cultural incorporado ao evidenciar como as exigências escolares corporais e comportamentais

produzem severas desigualdades de acesso. O capital cultural incorporado refere-se ao corpo e às posturas que este deve expressar (Bourdieu 2015). Ao destacar em sua autobiografia que a escola mantinha regras rígidas sobre “vestimenta, cabelo, comportamento, até como abraçamos nossos amigos”, o coautor 1 revela que a instituição não é um espaço neutro, mas um campo de disputas que exige a exibição de um determinado capital corporal. Sendo assim, o acesso ao ensino, embora ofertado com gratuidade no Brasil, exige predisposições como as corporais que o marcam como desigual. Essa diferença no acesso pode, segundo Bourdieu e Passeron (2015; 2023), desdobrar um sentimento de autoeliminação no sujeito antes que ele sequer acesse a escola.

Nessa linha de raciocínio, a omissão escolar relatada pela Coautora 3 sobre a não interferência nas violências que sofreu e não ajuda ao seu processo de trânsito de gênero, ilustra a outra face dessa desigualdade de acesso: a abstenção institucional em reconhecer e dar suporte às identidades trans. Essa omissão institucional restringe o acesso aos bens educacionais e ao rendimento escolar, convertendo a experiência educativa em uma trajetória solitária de sobrevivência, na qual a falta de apoio pedagógico e social culmina, muitas vezes, no afastamento e na expulsão escolar compulsória. Essas desigualdades que perpassam as escritas de si na educação dos transgêneros incidem, veementemente, sobre os desempenhos estudantis seja na busca por sucesso acadêmico para tentar ser ao menos tolerado ou no insucesso:

Quadro 3 — Percepções sobre desempenhos acadêmico nas escritas de si

Coautor 1	“eu precisava ter um desempenho maior do que todos para que eu pudesse ter o mínimo de chance de sobreviver. Eu acho que por muito tempo a minha grande briga foi sobreviver”
coautora 2	“sempre estudei, estudei, estudei”
coautora 4	“eu negligenciei meu terceiro ano, né? Mas eu diria que também que muita parte dessa negligência não veio só por mim, né? Acho que diria que veio pelas violências. Eu ficava muito desmotivada, eh, seja praticar, seja estudar, tudo que aconteceu. E aí quando eu pensava assim: Nossa, eu vou ter que fazer isso. Então, de alguma forma, eh, às vezes eu penso, né, e olho para trás, caso eu não tivesse transicionado no segundo ano, do primeiro pro segundo ano do ensino médio, eu terminaria livremente o meu terceiro ano”

Fonte: Elaborado pela autoria (2026)

Essas percepções ratificam as ponderações feitas anteriormente por Bourdieu e Passeron (2018) sobre o esforço redobrado que os/as estudantes que destoam dos aspectos socioculturais valorizados pela escola precisam fazer para alcançar e manter rendimentos e desempenhos acadêmicos favoráveis. Outro aspecto decorrente da cultura escolar homogênea é a autocalpalização daqueles que não conseguem alcançar resultados escolares prósperos. Isso é evidente no relato da

coautora 4 que mesmo sofrendo múltiplas desigualdades no âmbito escolar toma para si a culpa por não ter concluído o Ensino Médio ao que ela atribui como um auto negligenciamento. Essas situações também dialogam com o viés meritocrático propagado pela escola de que “características como esforço, dedicação e talento serão utilizadas pelo sistema escolar para justificar a trajetória de sucesso ou fracasso escolar, dissimulando suas reais estruturas e intenções” (Silva, 2026, p. 15).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o foco central desta investigação que é compreender como mecanismos institucionais, interacionais e simbólicos contribuem para a produção de desigualdades escolares vivenciadas por sujeitos trans, cujas narrativas revelam situações de violência, discriminação e cisnormatividade no espaço escolar e a pergunta problema: de que maneira as escrevivências escolares de pessoas trans evidenciam mecanismos de produção das desigualdades no ensino médio e quais impactos essas experiências produzem em suas trajetórias educacionais? Constatamos que a transgeneridade, tal qual, em sociedade que tem sua existência silenciada na escola também sofre o processo de silenciamento que tenta apagar a sua existência nesse espaço.

Nesse sentido, as escritas de si de pessoas trans na educação denunciam o aprofundamento de assimetrias que recaem sobre as identidades trans na escola. Na mesma proporção os dados indicam que tais experiências fragilizam trajetórias escolares contínuas e socialmente reconhecidas, produzindo sentimentos de não pertencimento e dificuldades de permanência. Desse modo, a escola aparece não apenas como espaço de escolarização, mas também como instituição que, em diferentes níveis, participa da naturalização das identidades trans como desvios em relação às normas hegemônicas de gênero.

Igualmente, o cruzamento das desigualdades vivenciadas pelos transgêneros ao longo da trajetória no ensino médio são originados por meio de uma violência simbólica que provoca diversos efeitos, sendo um deles muito evidente nas próprias memórias de um espaço que eles e elas tem direito, mas que as lembranças são em sua maioria negativas que deixaram marcas invisíveis tal como a violência que os/as atingiu, o medo e as tristezas mediante os momentos difíceis vividos. Dessa forma ser trans nessa etapa de ensino requer constante agenciamento para prosseguir nos estudos, uma vez que todo o processo de desigualdade de transgeneridade é naturalizado e reproduzido pela escola.

Assim, a escola também passa a ser um campo de disputas no qual o sucesso está para além de esforços próprios mas exige a vivência de um código de gênero específico que é baseado integralmente numa estrutura anatômica que o inscreve em corpos masculinos e femininos, tratando como anormalidade, anomalia e desvio todas as pessoas que se destoam dessa universalização. Então, o sucesso escolar depende também de mecanismos subjetivos como uma performance de gênero binária. Do contrário, as percepções de desempenho apontaram que essa mesma estrutura escolar produz fracassos escolares com a capacidade de provocar o sentimento de autculpa por tal feito. Ou seja, não basta apenas ter uma trajetória escolar sofrida, a pessoa transgênera ainda precisa lidar com os sentimentos de culpa pela situação de insucesso escolar.

Por fim, este estudo por estar e fase de desenvolvimento ainda apresenta limitações como a quantidade de autobiografias que constituem o corpus empírico apresentado, bem como deixa sugestões para produções futuras como o aprofundamento de percepção de transgêneros reprovados; análise de parâmetros que medem o desempenho e o rendimento escolar. Além disso, vale ressaltar que embora a pesquisa tenha limitações, ela já agrega para, por meio de seus debates, para o campo do conhecimento de Sociologia da Educação, sobretudo, no que tange aos estudos sobre desigualdades educacionais no Brasil.

5 REFERÊNCIAS

- ABDAL, Alexandre et al. (Org.). **Métodos de pesquisa em ciências sociais: Bloco Quantitativo**. São Paulo: SESC São Paulo/CEBRAP, 2016.
- ADORNO, Theodoro. W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995
- ALEXANDRE, Bruno do Prado; SALGADO, Raquel Gonçalves. Corpos que “não cabem”: memórias de escola nas narrativas de travestis. **Albuquerque** (online), Aquidauana, v. 9, n. 17, 2017. DOI: 10.46401/ajh.2017.v9.5192. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/5192>. Acesso em: 01 julho 2026.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2025**. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2026. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf>. Acesso em: 20 julho 2026.
- BODART, Cristiano. **Manual do Desachismo: sociologia para pensar o cotidiano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2026.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. A condição Feminina e a Violência Simbólica. Trad. Maria Helena Kuhner. 23^a ed. Rio de Janeiro: Diefel, 2024.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos da Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os Herdeiros**: os estudantes e a cultura. Trad. Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 11. ed. Campinas: Papirus Editora, 2011.

BRAGANÇA, I. F. S. Memoriais em contextos de formação e pesquisa: abordagens narrativas e (auto)biográficas. **Linhas críticas**, v. 29, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/47919>. Acesso: 17 jan. 2026

BRETON, H. A narração da experiência vivida face ao “problema difícil” da experiência: entre memória passiva e historicidade. **Práx. Educ.**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 44, p. 38-51, jan. 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-26792021000100038. Acesso em: 24 abr. 2026

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2011.

EVARISTO, Conceição. **Escrevivências**: Identidade, Gênero e Violência. In: DUARTE, Constância Lima; CORTÊS, Cristiane, PEREIRA, Maria Do Rosário Alves (org.). Rio de Janeiro: Malê, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: A educação como prática da liberdade. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

MANZINI, E. J.; LUPETINA, R. Um estudo sobre a elaboração de roteiros para entrevista semiestruturada: A study for preparing semi-structured interview guides. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 21, n. 39, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/8418>. Acesso em: 29 jul. 2025.

MINAYO, Cecília de Souza; FERREIRA, Suely Deslandes; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social**: Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2016

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 8ª edição - Petrópolis, RJ: Vozes, 2026.

SILVA, Karla Cristina Lima Mesquita da. **A Ilusão da Escolha**: a escola e a legitimação dos herdeiros. In: Vergas Vitória Andrade da Silva (org). *Cultura, escola e desigualdades : diálogos com Os Herdeiros de Bourdieu e Passeron*— Iguatu, CE : Quipá Editora, 2026.

SANTOS, Theobaldo Miranda. **Noções de História da Educação**. 11. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1968

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n 44, p. 203-220, 2014. DOI: 10.20396/tematicas.v22i44.10977. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 9 jul. 2025.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS

Autor 1: Conceitualização, metodologia, investigação, curadoria de dados, escrita- rascunho original, visualização.

Autora 2: Conceitualização, metodologia, curadoria de dados, escrita- revisão e edição, visualização, supervisão.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: As/os autoras/es declaram que não há conflito de interesses a mencionar (quando isso se aplicar).

MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER (limite-se às informações essenciais e não ultrapasse 3 linhas).

Autor 1: Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em educação da universidade Federal Do Pará (PPGED/UFGA). Membro do Grupo de Estudos em Sociologia, Educação e Desigualdades Sociais (GESEDES/CNPQ). Investiga Desigualdades Escolares relativas à transgeneridade.

Autora 2: Doutora em Ciências Sociais pela UFRN. Docente na Escola de Aplicação da UFPA e no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA. Líder do Grupo de Estudos em Sociologia, Educação e Desigualdades Sociais (GESEDES). Pesquisa Desigualdades Educacionais.

Declaração de Uso de Inteligência Artificial- Os autores declaram que não utilizaram ferramentas de Inteligência Artificial Generativa ou assistentes baseados em IA para a redação, análise ou preparação deste manuscrito.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.